



# Demonstrações Financeiras Intermediárias

---

Itaú Seguros  
de Auto e Residência S.A.

30 de Junho de 2025

---

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

---

### Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. e as correspondentes demonstrações financeiras intermediárias, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao período de 30 de junho de 2025.

---

## NOSSO DESEMPENHO

---

- **Prêmios emitidos**

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram no período R\$ 2,8 milhões, com redução de R\$ 60,2 milhões, 96% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A redução das emissões está relacionada à continuidade do projeto de reorganização societária do Grupo Porto, com foco na concentração de negócios similares em verticais. Como parte desse processo, a Companhia deu início, em 2025, à emissão de novas apólices de seguros residenciais, bem como a renovação de apólices existentes da marca Itaú, para sua controladora, a Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.

O objetivo dessas migrações é gerar sinergias operacionais e tecnológicas, preservando, contudo, a marca Itaú.

- **Sinistralidade**

O índice de sinistralidade da Companhia no período foi de 64,7%, uma aumento de 28,6 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

- **Despesas administrativas**

No período, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 13,4%, com redução de 10,0 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

- **Resultado financeiro**

O resultado financeiro totalizou no período R\$ 5,2 milhões, com redução de R\$ 15,5 milhões, 75% em relação ao mesmo período do ano anterior.

- **Índice combinado**

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais, sobre prêmios ganhos) no período foi de 118,1%, com aumento de 18,7 p.p. em relação ao mesmo período do ano

anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro no período foi de 94,4%, com aumento de 16,2 p.p. em relação ao período anterior.

- **Resultado de período e por ação**

O resultado totalizou no período R\$ 871,0 mil, com redução de 93% em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado por ação foi de R\$ 0,01 no período e R\$ 0,21 no período anterior.

- **Declaração de capacidade financeira**

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "Custo amortizado", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

---

## **RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

---

### **Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios**

#### **Nova Estratégia de Sustentabilidade: Regenera**

Lançamos a Regenera, a nova estratégia de sustentabilidade do Grupo Porto, marcando o início de um novo capítulo em nossa trajetória. A estratégia está estruturada em quatro pilares e contempla metas públicas e de longo prazo, com horizonte até 2030.

#### **1. Valorização do Capital Humano e Impacto Social**

Metas:

- Investir R\$ 40 milhões em projetos sociais, culturais e de fomento ao esporte;
- Alcançar 50% de mulheres em cargos de liderança;
- Alcançar 30% de pessoas negras em cargos de liderança.

#### **2. Estratégia Climática e Circularidade**

Metas:

- Reduzir em 40% as emissões absolutas de Gases de Efeito Estufa (GEE) dos Escopos 1 e 2, tendo 2023 como ano-base.
- Abastecer 100% da operação direta\* com energia renovável (\*por meio de autogeração e aquisição de certificados de energia renovável).
- Dobrar a reciclagem de veículos até 2030, com 2023 como referência.

#### **3. Produtos e Soluções Sustentáveis**

Meta:

- Comercializar R\$ 13 bilhões em produtos com impacto socioambiental positivo.

#### **4. Engajamento da Cadeia de Valor**

Metas:

- Obter o Selo Pró-Ética em três empresas do Grupo.
- Monitorar 100% dos fornecedores e parceiros de negócios com base em critérios ASG.

A construção dessa estratégia foi pautada pela escuta ativa de "stakeholders", por uma análise de materialidade e pelo alinhamento das metas sustentáveis com as diretrizes e planejamento estratégico para o ciclo 2025–2030.

Guiada para “Cuidar do presente para regenerar o futuro”, Regenera nasce com o compromisso de reequilibrar, restaurar e transformar — indo além da preservação.

A implementação será conduzida em todas as operações do Grupo Porto, no Brasil e no Uruguai, com um plano contínuo de mobilização de colaboradores, parceiros e corretores. O objetivo é consolidar uma cultura organizacional orientada à responsabilidade e à regeneração, reconhecendo a urgência dos desafios atuais e atuando com consciência e compromisso em prol do futuro de impacto positivo e inclusivo.

---

## AMBIENTE ECONÔMICO

---

O ambiente econômico no início do terceiro trimestre mostra os efeitos da política comercial difusa dos EUA. A isto se soma um ambiente doméstico de desempenho ainda sustentado do PIB. A inflação elevada deverá ser atenuada à frente por conta da forte apreciação cambial deste ano, enquanto a incerteza fiscal manterá as expectativas de inflação acima da meta.

Antevemos reduções da taxa Selic a partir do primeiro trimestre de 2026, mas a ausência de forte desaceleração da atividade doméstica e manutenção das expectativas desancoradas limitam a magnitude do ciclo de corte.

Nos EUA, a Guerra Comercial e a política fiscal do novo governo são os principais determinantes da política econômica. O nível final das tarifas de importação, bem como quais parceiros comerciais serão os mais impactados está em aberto.

O segundo trimestre deixou clara a natureza pendular das negociações. Ainda assim, o nível médio das tarifas ficará substancialmente acima dos 2,5% observados em 2024, implicando em redistribuição de custos ao longo da cadeia de produção e consumo dos bens importados.

Há dúvidas consideráveis sobre como esta alteração de custos impactará o equilíbrio geral nos EUA. Por um lado, espera-se atividade mais fraca, o que parece referendado pelo menor ritmo de criação de vagas no setor privado de serviços. Por outro, a elevação de preços importados não significa imediatamente pressão inflacionária. Os índices de preços ao consumidor divulgados durante o segundo trimestre falharam em mostrar aceleração da inflação.

Nota-se que o diagnóstico não é de recessão, mas ainda assim o ambiente de menos crescimento e inflação permitirá ajuste gradual da taxa de política monetária norte-americana. Esta avaliação será testada caso (i) observe-se forte contração da atividade; (ii) a inflação acelere ou (iii) o ambiente fiscal desafiador se reflita em elevação dos prêmios de risco e impeçam cortes do FED.

A conjuntura doméstica mostra lenta desaceleração em algumas aberturas da atividade econômica, enquanto mercado de trabalho e renda seguem notadamente aquecidos.

Há forças conflitantes atuando sobre a atividade econômica no segundo semestre. Enquanto a política monetária restringe a demanda, a execução fiscal poderá impulsioná-la. O bom desempenho da atividade no começo do ano, junto ao comportamento dos indicadores de alta frequência sugerem crescimento do PIB de 2,5% em 2025.

Com PIB forte e mercado de trabalho aquecido, a inflação mais sensível ao ciclo segue pressionada. No entanto, a combinação de dólar global fraco (e consequente apreciação do BRL) junto a preços de commodities mais baixos beneficia a inflação dos itens comercializáveis do IPCA. Assim, a trajetória esperada da inflação para 2026 torna-se mais benigna e permitirá que o Banco Central reduza a taxa Selic a partir do primeiro trimestre do ano que vem.

Isto ocorre a despeito da posição fiscal delicada da economia brasileira. A trajetória projetada da dívida está em ascensão, com resultado nominal negativo e elevado juro pago sobre a dívida pública. Este tema terá de ser equacionado na segunda metade da década e possivelmente ajuda a manter as expectativas de inflação pressionadas.

Um fator relevante de volatilidade e incerteza é a evolução da relação comercial bilateral entre EUA e Brasil. Dada a característica de nossa pauta de exportação para os EUA e o peso relativamente pequeno das exportações no PIB, o acirramento da relação tende a ter impacto baixo a moderado na atividade. O efeito maior pode ser registrado no prêmio de risco doméstico e no câmbio, revertendo o benefício do dólar fraco sobre a inflação registrado até o momento.

Nota-se ainda que eventual retaliação e/ou escalada do conflito comercial levaria a um efeito relevantemente negativo para a atividade e alto para a inflação (dada a nossa pauta de importação).

Os principais riscos para a economia doméstica são: (i) rápida deterioração na atividade; (ii) piora na trajetória fiscal; (iii) deterioração comercial que impacte o prêmio de risco; (iv) fortalecimento do dólar global.

Dado o cenário prospectivo, o ambiente fiscal desafiador, as expectativas de inflação e os principais riscos para a economia doméstica, há um limitador para a magnitude do ciclo de queda da taxa Selic, que deverá permanecer acima do consistente com seu patamar nominal neutro.

---

## **AGRADECIMENTOS**

---

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 12 de agosto de 2025.

**À Administração.**

---

## **DIRETORIA**

---

José Rivaldo Leite da Silva

Diretor Presidente

Patrícia Chacon Jimenez

COO (Chief Operating Officer) – Seguros

Celso Damadi

Diretor Vice-Presidente – Financeiro, Controladoria e Investimentos

Luiz Augusto de Medeiros Arruda

Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados

Rafael Veneziani Kozma

Diretor de Controladoria

Adriana Pereira Carvalho Simões

Diretora Jurídica e Riscos

Jaime Soares Batista

Diretor de Produto – Automóvel

Jarbas de Medeiros Baciano

Diretor de Produto – Residência

Daniele Gomes Yoshida  
Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

Mariana Luccas Mendes  
Atuária - MIBA nº 2471



Shape the future  
with confidence

São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil  
Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos  
Diretores, Conselheiros e Acionistas da  
**Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.**  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da **Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase - Reorganização societária

Chamamos atenção para a nota explicativa 2.2. às demonstrações financeiras intermediárias, que descreve os efeitos do processo de reorganização societária do Grupo. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2025, a Companhia diminuiu significativamente suas emissões de apólices, com foco na concentração de negócios similares em verticais, repassando novas emissões e renovações de apólices existentes para a controladora. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



**Shape the future  
with confidence**

### Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.7 e 16, em 30 de junho de 2025, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R\$ 135.125 mil (bruto de resseguro). Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da Diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a Diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo (“TAP”) com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.7.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela Diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

#### *Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela Diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias.

### Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, conseqüentemente, elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança.

Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.



**Shape the future  
with confidence**

*Como nossa auditoria conduziu esse assunto:*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras intermediárias, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor**

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.



**Shape the future  
with confidence**

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o(s) valor(es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



**Shape the future  
with confidence**

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de agosto de 2025

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SP034519/O

Diana Yukie Naki dos Santos  
Contadora CRC-SP300514/O

## Balço patrimonial em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Junho de 2025	Dezembro de 2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Circulante</b>		<b>92.020</b>	<b>121.102</b>	<b>Circulante</b>		<b>71.640</b>	<b>82.553</b>
Disponível		3.397	2.611	Contas a pagar		9.480	17.362
Caixa e bancos	7	3.397	2.611	Obrigações a pagar	13.1	3.619	11.285
Equivalentes de caixa	7	13.695	23.928	Impostos e encargos sociais a recolher	13.2	180	1.577
Aplicações financeiras	8	43.928	43.888	Encargos trabalhistas		200	221
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.251	18.063	Impostos e contribuições		6	200
Prêmios a receber	9.1	1.251	18.063	Outras contas a pagar		5.475	4.079
Outros créditos operacionais		524	465	Débitos das operações com seguros e resseguros	14	1.707	4.245
Ativos de resseguro - provisões técnicas	16.1	35	—	Prêmios a restituir		—	527
Títulos e créditos a receber		26.898	25.637	Operações com resseguradoras		356	230
Créditos tributários e previdenciários	10	26.694	25.445	Corretores de seguros e resseguros		697	2.961
Outros créditos		204	192	Outros débitos operacionais		654	527
Outros valores e bens		739	—	Depósitos de terceiros	15	256	507
Despesas antecipadas		1.219	834	Provisões técnicas - seguros	16	58.037	58.284
Custos de aquisição diferidos		334	5.676	Danos		58.037	58.284
Seguros	11	334	5.676	Outros débitos		2.160	2.155
				Débitos diversos		2.160	2.155
				<b>Não circulante</b>		<b>87.767</b>	<b>99.378</b>
				Contas a pagar		5.878	5.519
<b>Não circulante</b>		<b>140.443</b>	<b>133.157</b>	Obrigações a pagar	13.1	1.475	1.202
Realizável a longo prazo		140.443	133.157	Tributos diferidos	10.1.3	4.403	4.317
Aplicações financeiras	8	113.721	106.495	Provisões técnicas - seguros	16	77.088	89.273
Títulos e créditos a receber		26.722	26.662	Danos		77.088	89.273
Créditos tributários e previdenciários	10	10.149	9.686	Outros débitos		4.801	4.586
Depósitos judiciais e fiscais	12	13.840	12.775	Provisões judiciais	17.1	4.801	4.586
Outros créditos		2.733	4.201	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>73.056</b>	<b>72.328</b>
				Capital social	18 (a)	57.500	57.500
				Reservas de lucros	18 (c)	11.921	11.948
				Ajustes de avaliação patrimonial	18 (b)	2.764	2.880
				Lucros acumulados		871	—
<b>Total do ativo</b>		<b>232.463</b>	<b>254.259</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>232.463</b>	<b>254.259</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota explicativa	Junho de 2025	Junho de 2024
Prêmios emitidos	19	2.782	62.993
Variações das provisões técnicas de prêmios	20	17.936	13.856
<b>Prêmios ganhos</b>	<b>19</b>	<b>20.718</b>	<b>76.849</b>
<b>Sinistros ocorridos</b>	<b>21</b>	<b>(13.401)</b>	<b>(27.708)</b>
<b>Custos de aquisição</b>	<b>22</b>	<b>(6.356)</b>	<b>(23.510)</b>
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>23</b>	<b>(845)</b>	<b>(2.590)</b>
<b>Resultado com resseguro</b>		<b>(91)</b>	<b>(2)</b>
Despesa com resseguro		(91)	(2)
<b>Despesas administrativas</b>	<b>24</b>	<b>(2.775)</b>	<b>(17.998)</b>
<b>Despesas com tributos</b>		<b>(1.084)</b>	<b>(4.561)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>25</b>	<b>5.183</b>	<b>20.716</b>
<b>Resultado operacional</b>		<b>1.349</b>	<b>21.196</b>
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>1.349</b>	<b>21.196</b>
<b>Imposto de renda</b>	<b>10.2</b>	<b>(152)</b>	<b>(5.162)</b>
<b>Contribuição social</b>	<b>10.2</b>	<b>(138)</b>	<b>(3.148)</b>
<b>Participações sobre o resultado</b>		<b>(188)</b>	<b>(190)</b>
<b>Resultado do período</b>		<b>871</b>	<b>12.696</b>
Quantidade de ações		60.160	60.160
Resultado por ação - básico e diluído	27	0,0145	0,2110

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

(em milhares de reais)

	Junho de 2025	Junho de 2024
<b>Resultado do período</b>	<b>871</b>	<b>12.696</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>(116)</b>	<b>—</b>
<b>Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período:</b>		
Ganhos e perdas atuariais	(193)	—
Efeitos tributários	77	—
<b>Total dos resultados abrangentes para o período, líquido de efeitos tributários</b>	<b>755</b>	<b>12.696</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

(em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>57.500</b>	<b>39.082</b>	<b>2.960</b>	<b>—</b>	<b>99.542</b>
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		—	(27.000)	—	—	(27.000)
Reconhecimento pagamento em ações		—	53	—	—	53
Ações alienadas		—	(792)	—	—	(792)
Resultado do período		—	—	—	12.696	12.696
<b>Saldo em 30 de junho de 2024</b>		<b>57.500</b>	<b>11.343</b>	<b>2.960</b>	<b>12.696</b>	<b>84.499</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>57.500</b>	<b>11.948</b>	<b>2.880</b>	<b>—</b>	<b>72.328</b>
Reconhecimento pagamento em ações	18 (e)	—	70	—	—	70
Ações alienadas	18 (e)	—	(97)	—	—	(97)
Ajustes de avaliação patrimonial	18 (b)	—	—	(116)	—	(116)
Resultado do período		—	—	—	871	871
<b>Saldo em 30 de junho de 2025</b>		<b>57.500</b>	<b>11.921</b>	<b>2.764</b>	<b>871</b>	<b>73.056</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

(em milhares de reais)

	Junho de 2025	Junho de 2024
<b>Atividades operacionais</b>		
Resultado do período	871	12.696
Ajustes para:		
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	7	1.102
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(7.686)	(22.020)
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	(7.266)	83.278
Créditos das operações com seguros e resseguros	16.805	6.722
Ativos de resseguro - provisões técnicas	(35)	3
Créditos tributários e previdenciários	(1.249)	(38)
Ativo fiscal diferido	(463)	1.495
Depósitos judiciais e fiscais	(1.065)	642
Despesas antecipadas	(385)	(88)
Custos de aquisição diferidos	5.342	3.818
Outros ativos	658	3.448
Impostos e contribuições	233	(4.702)
Outras contas a pagar	(7.329)	(20.856)
Débitos das operações com seguros e resseguros	(2.538)	(12.913)
Depósitos de terceiros	(251)	750
Provisões judiciais	215	(463)
Pagamento provisões técnicas - seguros e resseguros	(4.746)	(24.456)
Outros passivos	(138)	(739)
<b>Caixa consumido pelas operações</b>		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(427)	(6.511)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades operacionais</b>	<b>(9.447)</b>	<b>21.168</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Distribuição de dividendos	—	(27.000)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>—</b>	<b>(27.000)</b>
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(9.447)</b>	<b>(5.832)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	26.539	35.889
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	17.092	30.057

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 7 de Julho de 2006, localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740 - Torre B - 2º andar, São Paulo - SP e tem por objeto social a exploração de seguros de danos em todas as regiões do país, conforme definido na legislação vigente, operando por meio de sucursais e representantes em todo território nacional. A Companhia faz parte da vertical de seguros, sendo uma controlada direta da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.

Em 30 de junho de 2025 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (\*):

<b>Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.</b>	<b>Participação</b>
Porto Seguro Cia de Seguros Gerais	100,0 %
<b>Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais</b>	<b>Participação</b>
Porto Seguro S.A.	99,9 %
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	0,1 %
<b>Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.</b>	<b>Participação</b>
Porto Seguro S.A.	99,9 %
Porto Seguros S.A.	0,1 %
<b>Porto Seguros S.A.</b>	<b>Participação</b>
Porto Seguro S.A.	99,9 %
Porto Seguro Pagamentos Ltda.	0,1 %
<b>Porto Seguro Pagamentos Ltda.</b>	<b>Participação</b>
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	100,0 %
<b>Porto Seguro S.A.</b>	<b>Participação</b>
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8 %
Ações em circulação	29,2 %
<b>Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.</b>	<b>Participação</b>
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1 %
Itauseg Participações S.A.	23,1 %
Itaú Unibanco S.A.	19,1 %
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8 %
Jayme Brasil Garfinkel	0,2 %
Itaú Seguros S.A.	0,8 %
<b>Pares Empreendimentos e Participações S.A.</b>	<b>Participação</b>
Jaime Brasil Garfinkel	32,9 %
Cleusa de Campos Garfinkel	30,5 %
Bruno Campos Garfinkel	18,3 %
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3 %
<b>Rosag Empreendimentos e Participações S.A.</b>	<b>Participação</b>
Jayme Brasil Garfinkel	100,0 %
<b>Itauseg Participações S.A.</b>	<b>Participação</b>
Itaú Unibanco S.A.	62,4 %
Banco Itaucard S.A.	26,4 %
Banco Itaú BBA S.A.	11,2 %
<b>Itaú Unibanco S.A.</b>	<b>Participação</b>
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0 %
<b>Banco Itaucard S.A.</b>	<b>Participação</b>
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0 %
<b>Banco Itaú BBA S.A.</b>	<b>Participação</b>
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0 %
<b>Itaú Unibanco Holding S.A.</b>	<b>Participação</b>
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7 %
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,3 %
Outros	9,0 %

(\*) Participações nas ações ordinárias.

## **2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

### **2.1 BASE DE PREPARAÇÃO**

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras intermediárias apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras intermediárias foram autorizadas para emissão, pela Diretoria, em 12 de agosto de 2025.

### **2.2 CONTINUIDADE**

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

Embora seja apresentada uma redução no resultado, ela está relacionada à continuidade do projeto de reorganização societária do Grupo Porto, voltado à concentração de negócios similares em verticais. Como parte desse processo, a Companhia deu início, em 2025, à emissão de novas apólices de seguros de residenciais, bem como a renovação de apólices existentes da marca Itaú, para sua controladora, a Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.

O objetivo dessas migrações é gerar sinergias operacionais e tecnológicas, preservando, contudo, a marca Itaú. Dessa forma, a Companhia conclui que isso não afetará a continuidade dos negócios.

### **2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

### **2.4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS**

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

## **CPC 50 – CONTRATOS DE SEGUROS (IFRS 17)**

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1º de janeiro de 2023, porém ainda não foi referendada pela SUSEP.

### **Lei 15040/2024 – LEI DO CONTRATO DE SEGUROS**

Conhecida como o Marco Legal dos Seguros, a Lei dispõe sobre normas de seguros privados, foi sancionada em 9 de dezembro de 2024 com vigência a partir de dezembro de 2025. Os possíveis impactos da Lei estão sendo avaliados pela Administração.

### **CPC 26 (IFRS 18) – APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO**

A principal alteração introduzida pela IFRS 18 é a forma como as entidades irão estruturar as suas respectivas demonstrações de resultados. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. O CPC está trabalhando na tradução e adaptação da IFRS 18 para o contexto brasileiro, com o objetivo de emitir um novo pronunciamento técnico que a incorpore ao sistema contábil nacional. Espera-se que a nova norma entre em vigor substituindo o CPC 26 (R1).

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025**

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo. A Administração está acompanhando esse tema e avaliando os efeitos que serão produzidos por esta e futuras regulamentações ainda em tramitação no Congresso Nacional.

## 2.5 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como “valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre circulante e não circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos - TAP.

Os salvados são segregados entre circulante e não circulante com base no comportamento de realização/ ativação de salvados após o pagamento de sinistro.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações relevantes nas políticas contábeis no período findo em 30 de junho de 2025.

### 3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

### 3.2 ATIVOS FINANCEIROS

#### (a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

**(i) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO**

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no exercício em que ocorrem.

**(ii) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES**

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”. A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes”, sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente (“impairment”).

**(iii) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO**

Utilizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por “impairment” a cada data de balanço.

**(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS**

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como “Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado” e “Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes” baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de

fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no período de 30 de junho de 2025.

### **3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS (“IMPAIRMENT”)**

#### **3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)**

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou “impaired”. Para a análise de “impairment”, a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada considera a existência de evidência objetiva de “impairment” para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, “ratings” internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados (“write-off”) quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

#### **3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA**

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

### **3.4 ATIVOS DE RESSEGURO**

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

### 3.5 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

### 3.6 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

### 3.7 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

#### 3.7.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 – Contratos de seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de “Shadow Accounting” (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTAs e estão descritos resumidamente a seguir:

**(a)** A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada “pro rata” dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, e tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

**(b)** A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas, e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

**(c)** A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) – administrativa e judicial – é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de “run-off”, com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

**(d)** A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de “run-off”, com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

**(e)** A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações.

### **3.7.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)**

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 – Contratos de Seguro e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), resseguro, despesas incrementais e de liquidação, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Seguradora, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados por grupos de contratos de acordo com a política contábil da Companhia, e conforme o previsto na Circular SUSEP nº 678/2022 (vide nota explicativa nº 2.5). Neste contexto, as modelagens e divulgações pertinentes serão realizadas visando os grupos de ramo SUSEP, devido ao volume das informações e agrupamento dos riscos similares, visando a consistência e credibilidade estatística e projeção dos fluxos.

Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tábuas biométricas.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade bruta de resseguro apurada no TAP foi de 19%, e o impacto do resseguro foi imaterial.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNeR.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios – PPNG e PPNG-RVNE.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

#### Junho de 2025

Grupo de Contratos	Patrimonial	PCC Final
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	505	—

#### Dezembro de 2024

Grupo de Contratos	Patrimonial	PCC Final
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	3.708	—

### 3.8 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev – Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV

(Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

### **3.9 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS CONTINGENTES**

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

### **3.10 RECONHECIMENTO DE RECEITAS**

#### **3.10.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO**

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.7.1 (a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

### **3.10.2 RECEITA DE JUROS**

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

### **3.11 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**

A distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

### **3.12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

### **3.13 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS**

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisados anualmente.

#### 4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

- (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
- (ii) da realização dos tributos diferidos;
- (iii) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais;
- (iv) perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- (v) das provisões técnicas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

##### 4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

##### 4.2 CÁLCULO DO VALOR JUSTO E DE “IMPAIRMENT” DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de “impairment” para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para “impairment”, conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

### 4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

### 4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

## 5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, as empresas reguladas pela SUSEP do Grupo Porto possuem o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco, e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

## 5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

- (a) **Portfólio de Investimentos:** para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco (“rating”) “B” de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset Management.

Em 30 de junho de 2025, 96,5% (95,4% em 31 de dezembro de 2024) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de “rating” “AAA” de créditos privados.

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada “impaired”.

- (b) **Inadimplência nos prêmios a receber:** é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo.
- (c) **Cessão de resseguro:** para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em “ratings” de agências externas, considerando “A” como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.

Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto a cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do Grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil. No período findo em 30 de junho de 2025 não há saldos a receber com os resseguradores.

## 5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Junho de 2025		Dezembro de 2024	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista / sem vencimento	22.668	1.010	33.935	230
Fluxo de 1 a 30 dias	2.954	34.742	20.821	29.685
Fluxo de 2 a 6 meses	14.322	47.637	22.496	53.307
Fluxo de 7 a 12 meses	21.252	11.729	10.486	18.850
Fluxo acima de 1 ano	137.561	47.069	145.978	45.411
<b>Total</b>	<b>198.757</b>	<b>142.187</b>	<b>233.716</b>	<b>147.483</b>

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações e prêmios a receber.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

### 5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
Prefixados	41,5%	46,5%
Inflação (IPCA/IGPM)	37,4%	27,1%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	17,9%	22,4%
Ações	—%	0,5%
Outros	3,2%	3,5%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e “duration”, utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 30 de junho de 2025:

<b>Fator de Risco</b>	<b>Cenário (i)</b>	<b>Impacto (ii)</b>
Juros pré-fixados	+ 50 b.p.	(5.876)
	+ 25 b.p.	(3.039)
	+ 10 b.p.	(1.240)
	- 10 b.p.	1.240
	- 25 b.p.	3.039
	- 50 b.p.	5.876
Índices de preços	+ 50 b.p.	(6.015)
	+ 25 b.p.	(3.135)
	+ 10 b.p.	(1.287)
	- 10 b.p.	1.287
	- 25 b.p.	3.135
	- 50 b.p.	6.015
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(120)
	+ 25 b.p.	(100)
	+ 10 b.p.	(80)
	- 10 b.p.	80
	- 25 b.p.	100
	- 50 b.p.	120
Ações	± 34%	1.378
	± 17%	689
	± 9%	344

(i) B.P. = “basis points”. O cenário base utilizado é o cenário provável de “stress” para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

#### 5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia atualmente emite seguros de danos. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

**(a) Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, senão as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens de produto.

**(b) Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.8.2).

**(c) Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

**(d) Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções,

respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.

- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivale à taxa SELIC/ CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto:

Região	Junho de 2025		Região	Dezembro de 2024	
	Residencial	%		Residencial	%
Sudeste	2.579	90,8%	Sudeste	46.797	65,3%
Sul	262	9,2%	Sul	11.177	15,6%
Centro Oeste	—	—%	Centro Oeste	4.390	6,1%
Nordeste	—	—%	Nordeste	8.023	11,2%
Norte	—	—%	Norte	1.233	1,7%
<b>Total Geral</b>	<b>2.841</b>	<b>100,0%</b>	<b>Total Geral</b>	<b>71.620</b>	<b>100,0%</b>

(\*) Não incluem os valores de RVNEs no montante de R\$ 59 (R\$ 4.616 em 31 de dezembro de 2024).

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidos de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Junho de 2025	Dezembro de 2024
Despesas administrativas - aumento de 30 p.p.	147	(1.795)
Sinistros - aumento de 50,0%	399	1.132

## 5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo “Risk and Control Self Assessment” - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os “Key Risk Indicators” - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos por meio dos limites estabelecidos em comum acordo com as áreas de negócios e/ou o Comitê de Risco Integrado.

## 5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP (Circular SUSEP nº 666/2022), e em alinhamento aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto a Companhia, adota práticas integradas de gestão de riscos em toda a holding. Por meio de sua governança nas participações, são implementado mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos socioambientais e climáticos, de forma conectada à gestão dos demais riscos.

Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de impactos negativos para o Grupo Porto e seus stakeholders, decorrentes de fatores como violações de direitos e garantias fundamentais, degradação ambiental — incluindo o uso excessivo de recursos naturais — e eventos climáticos severos ou alterações ambientais de longo prazo, associados às mudanças no clima e à transição para uma economia de baixo carbono.

Para lidar com esses riscos, a Companhia implementou uma estratégia corporativa que contempla a identificação, mitigação e adaptação a tais impactos, alinhada ao princípio da dupla materialidade — reconhecendo que esses riscos afetam tanto o desempenho financeiro quanto a sociedade e o meio ambiente. A Porto se compromete a atuar de forma colaborativa com seus stakeholders, visando a proteção do bem-estar humano, do meio ambiente e do interesse público.

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) considera a exposição de cada produto ou negócio, com o desenvolvimento de indicadores específicos para o monitoramento contínuo e captura de perdas associadas a esses riscos. Trata-se de um processo evolutivo, conduzido por meio de autoavaliações de risco, planos de ação e acompanhamento de indicadores-chave (KRIs).

## 6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	<b>Junho de 2025</b>	<b>Dezembro de 2024</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>73.056</b>	<b>72.328</b>
<b>(+/-) Ajustes contábeis</b>	<b>(9.006)</b>	<b>(6.804)</b>
Despesas antecipadas	(1.219)	(834)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(7.787)	(5.970)
<b>(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos</b>	<b>(1.712)</b>	<b>(2.398)</b>
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(1.712)	(2.398)
<b>(+/-) Ajustes do PLA de nível 1</b>	<b>(2.363)</b>	<b>(3.716)</b>
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (-)	(2.363)	(3.716)
<b>PLA de nível 1</b>	<b>59.975</b>	<b>59.410</b>
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios / cont. registradas	302	2.225
<b>PLA de nível 2</b>	<b>302</b>	<b>2.225</b>
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	2.363	3.716
<b>PLA de nível 3</b>	<b>2.363</b>	<b>3.716</b>
<b>Patrimônio líquido ajustado (PLA)</b>	<b>62.640</b>	<b>65.351</b>
<b>Capital base (I)</b>	<b>15.000</b>	<b>15.000</b>
<b>Capital de risco (II)</b>	<b>15.756</b>	<b>24.775</b>
Capital de risco de subscrição	7.122	16.826
Capital de risco de mercado	5.086	6.030
Capital de risco de crédito	7.804	7.422
Capital de risco operacional	556	847
Benefício da correlação entre riscos	(4.812)	(6.350)
<b>Capital mínimo requerido (maior entre I e II)</b>	<b>15.756</b>	<b>24.775</b>
<b>Suficiência de capital</b>	<b>46.884</b>	<b>40.576</b>

## 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<b>Junho de 2025</b>	<b>Dezembro de 2024</b>
Equivalentes de caixa (*)	13.695	23.928
Depósitos bancários	3.397	2.611
	<b>17.092</b>	<b>26.539</b>

(\*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

## 8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

### 8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO:

#### 8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Junho de 2025			Dezembro de 2024		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Fundos exclusivos</b>						
LFTs	18.589	—	18.589	30.035	—	30.035
Cotas de fundos de investimentos	5.364	—	5.364	5.968	—	5.968
Debêntures	—	575	575	—	1.033	1.033
Ações de companhias abertas	2	—	2	962	—	962
LTNs	—	—	—	5.840	—	5.840
Outros	—	—	—	—	50	50
<b>Total - circulante</b>	<b>23.955</b>	<b>575</b>	<b>24.530</b>	<b>42.805</b>	<b>1.083</b>	<b>43.888</b>
<b>% das aplicações classificadas nesta categoria:</b>			<b>16%</b>			<b>29%</b>
<b>Total das aplicações</b>			<b>157.649</b>			<b>150.383</b>

### 8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
	Nível 1	Nível 1
<b>Fundos exclusivos</b>		
LTNs	69.077	59.246
NTNs - B	64.042	47.249
<b>Total (*)</b>	<b>133.119</b>	<b>106.495</b>
Circulante	19.398	—
Não circulante	113.721	106.495
<b>% das aplicações classificadas nesta categoria:</b>	<b>84%</b>	<b>71%</b>

(\*) O valor de mercado dos papéis em 30 de junho de 2025 era de R\$ 130.266 (R\$ 102.498 em 31 de dezembro de 2024).

### 8.3 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>174.311</b>	<b>277.216</b>
Aplicações	8.950	134.980
Rendimentos	10.563	14.145
Resgates	(22.480)	(252.030)
<b>Saldo final</b>	<b>171.344</b>	<b>174.311</b>

A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado, as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

## 8.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Junho de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	14,88	12,13
<b>Fundos exclusivos</b>		
LTN	14,40	14,41
NTNs - B - IPCA	6,02	5,71
LFTs (SELIC + ágio/deságio)	0,10	0,08

(\*) Vide nota explicativa nº 7.

## 9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

### 9.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Junho de 2025			Dezembro de 2024		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
Patrimonial	2.718	(1.469)	1.249	19.523	(1.462)	18.061
Automóvel	10	(8)	2	10	(8)	2
<b>Total</b>	<b>2.728</b>	<b>(1.477)</b>	<b>1.251</b>	<b>19.533</b>	<b>(1.470)</b>	<b>18.063</b>

#### 9.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AO PRAZO DE VENCIMENTO

	Junho de 2025			Dezembro de 2024		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
A vencer	1.143	(1)	1.142	17.597	—	17.597
Vencidos até 30 dias	50	(3)	47	370	—	370
Vencidos 31 a 60 dias	16	(1)	15	52	—	52
Vencidos 61 a 120 dias	10	(3)	7	—	—	—
Vencidos 121 a 365 dias	—	—	—	2	(1)	1
Vencidos acima de 365 dias	1.509	(1.469)	40	1.512	(1.469)	43
<b>Total</b>	<b>2.728</b>	<b>(1.477)</b>	<b>1.251</b>	<b>19.533</b>	<b>(1.470)</b>	<b>18.063</b>

### 9.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>18.063</b>	<b>70.882</b>
Prêmios emitidos	5.715	94.862
Adicional de fracionamento	384	16.489
IOF	82	1.386
Redução ao valor recuperável	(7)	1.102
Prêmios cancelados	(2.429)	(25.878)
Recebimentos	(20.557)	(140.780)
<b>Saldo final</b>	<b>1.251</b>	<b>18.063</b>

### 9.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>(1.470)</b>	<b>(368)</b>
Reversões	2	53
Provisões constituídas	(9)	(1.155)
<b>Saldo final</b>	<b>(1.477)</b>	<b>(1.470)</b>

### 9.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

Produto	Quantidade de parcelas (*)	Junho de 2025	Dezembro de 2024
	1 a 5	100,0%	5,8%
Patrimonial	6 a 11	—%	0,4%
	12	—%	93,8%

(\*) Para o período de Junho de 2025, emissões referem-se apenas à endossos de apólices vigentes, resultando em um menor prazo de parcelamento.

## 10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
IRPJ	15.655	14.453
IRPJ e CSLL diferidos - diferenças temporárias (i)	10.149	9.686
CSLL	9.146	9.149
INSS	1.893	1.843
	<b>36.843</b>	<b>35.131</b>
Circulante	26.694	25.445
Não circulante	10.149	9.686

(i) Vide nota explicativa nº 10.1.1.

## 10.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

### 10.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Junho de 2025
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	—	148	(148)	—
<b>Diferenças temporárias decorrentes de:</b>				
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	5.793	310	(85)	6.018
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	1.612	118	(38)	1.692
Provisão para riscos de créditos	292	30	(6)	316
Provisão para obrigações legais	197	9	—	206
Provisão de participação de lucros	129	56	(125)	60
Outras provisões	1.663	199	(5)	1.857
	<b>9.686</b>	<b>870</b>	<b>(407)</b>	<b>10.149</b>

### 10.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Saldo a ser realizado em	3.559	4.343	744	57	51	1.395	<b>10.149</b>

A expectativa de realização está levando em consideração o evento informado na nota explicativa nº 2.2.

### 10.1.3 PASSIVO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Junho de 2025
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos	2.317	124	(34)	2.407
Outros	2.000	—	(4)	1.996
	<b>4.317</b>	<b>124</b>	<b>(38)</b>	<b>4.403</b>

## 10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Junho de 2025	Junho de 2024
Resultado após participações, e antes do IRPJ e da CSLL (A)	1.161	21.006
Alíquota vigente	40 %	40 %
<b>IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)</b>	<b>(464)</b>	<b>(8.402)</b>
Depósitos judiciais	20	9
Doações/ incentivos	11	15
Outros	143	68
<b>Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)</b>	<b>174</b>	<b>92</b>
<b>Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)</b>	<b>(290)</b>	<b>(8.310)</b>
<b>Taxa efetiva (D/-A)</b>	<b>25,0 %</b>	<b>39,6 %</b>

## 11. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os saldos em 30 de junho de 2025 referem-se integralmente ao ramo patrimonial.

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses para a data-base de 30 de junho de 2025, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2024.

### 11.1 MOVIMENTAÇÃO

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>5.676</b>	<b>22.938</b>
Constituição	669	19.831
Apropriação para despesa	(6.011)	(37.093)
<b>Saldo final</b>	<b>334</b>	<b>5.676</b>

## 12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
Sinistros	12.836	11.560
Cíveis	951	1.121
Trabalhistas	53	94
	<b>13.840</b>	<b>12.775</b>

### 13. CONTAS A PAGAR

#### 13.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	<b>Junho de 2025</b>	<b>Dezembro de 2024</b>
Provisão de "profit sharing"	1.846	8.424
Provisão de benefícios a empregados	1.475	1.202
Fornecedores	957	395
Transações com partes relacionadas (*)	554	2.079
Participação nos lucros	262	387
	<b>5.094</b>	<b>12.487</b>
Circulante	3.619	11.285
Não circulante	1.475	1.202

(\*) Vide nota explicativa nº 26.

#### 13.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	<b>Junho de 2025</b>	<b>Dezembro de 2024</b>
IOF	82	1.386
INSS e FGTS	40	42
IRRF	34	92
ISS	6	34
Outros	18	23
	<b>180</b>	<b>1.577</b>

### 14. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se substancialmente a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos.

Em conformidade com o Ofício Circular Eletrônico nº 1/2025/COMOC/CGMOP/DISUP/SUSEP, a partir de fevereiro de 2025, os saldos anteriormente registrados como "Prêmios a Restituir" passaram a ser classificados como parte integrante da "Provisão de Valores a Regularizar (PVR)", conforme previsto no artigo 16 da Circular SUSEP nº 678/2022.

### 15. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a recebimentos de prêmios de seguros em processamento:

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
	Prêmios e emolumentos recebidos	Prêmios e emolumentos recebidos
Vencidos 1 a 60 dias	256	—
Vencidos 61 a 365 dias	—	382
Vencidos acima de 365 dias	—	125
	<b>256</b>	<b>507</b>

## 16. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Junho de 2025		Dezembro de 2024	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de sinistros a liquidar	126.319	126.319	120.921	120.921
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	3.108	3.108	3.677	3.677
Provisão de prêmios não ganhos	1.255	1.220	19.191	19.191
Demais provisões	4.443	4.443	3.768	3.768
	<b>135.125</b>	<b>135.090</b>	<b>147.557</b>	<b>147.557</b>
Circulante	58.037		58.284	
Não circulante	77.088		89.273	

### 16.1 MOVIMENTAÇÃO DOS PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS E ATIVOS DE RESSEGUROS

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>252.834</b>	<b>3</b>
Constituições decorrentes de prêmios	67.004	50
Diferimento pelo risco decorrido	(126.479)	(53)
Aviso de sinistros	32.869	—
Pagamento de sinistros	(77.385)	—
Atualização monetária e juros	(1.286)	—
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>147.557</b>	<b>—</b>
Constituições decorrentes de prêmios	2.782	126
Diferimento pelo risco decorrido	(20.718)	(91)
Aviso de sinistros	13.726	—
Pagamento de sinistros	(13.925)	—
Atualização monetária e juros	5.703	—
<b>Saldo em 30 de junho de 2025</b>	<b>135.125</b>	<b>35</b>





	Junho										
Judicial - pagos	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
<b>Montante de sinistros pagos até a data-base</b>	5	3	4	5	3	2	3	1	1	1	
Dois anos mais tarde	12	11	9	10	4	5	4	1	1	—	
Três anos mais tarde	16	14	11	11	7	5	4	1	—	—	
Quatro anos mais tarde	19	18	17	13	7	7	2	—	—	—	
Cinco anos mais tarde	21	22	17	13	9	8	—	—	—	—	
Seis anos mais tarde	23	23	18	19	9	—	—	—	—	—	
Sete anos mais tarde	24	23	23	17	—	—	—	—	—	—	
Oito anos mais tarde	25	26	24	—	—	—	—	—	—	—	
Nove anos mais tarde	27	26	—	—	—	—	—	—	—	—	
Dez anos mais tarde	28	—	—	—	—	—	—	—	—	—	<b>Total</b>
<b>Pagamentos</b>	<b>28</b>	<b>26</b>	<b>24</b>	<b>17</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>117</b>
<b>Passivo em 30 de junho de 2025</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>77</b>
								<b>PSL anos anteriores</b>			<b>49</b>
								<b>Provisão de sinistros</b>			<b>126</b>

(i) Valores de resseguro não impactam na apresentação desta nota.

#### 16.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>97.330</b>	<b>123.988</b>
Pagamentos no período	(7.922)	(43.684)
Novas constituições no período	1.262	626
Baixas da provisão por êxito	(2.525)	(2.916)
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	8.311	20.460
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	5.934	(1.144)
<b>Saldo final</b>	<b>102.390</b>	<b>97.330</b>
Quantidade de processos	1.349	2.768

(\*) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

## 17. PROVISÕES JUDICIAIS

### 17.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	<b>Junho de 2025</b>	<b>Dezembro de 2024</b>
Cíveis	3.018	2.839
Trabalhistas	1.212	1.191
Fiscais	571	556
	<b>4.801</b>	<b>4.586</b>

#### 17.1.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS:

	<b>Fiscais</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>556</b>	<b>1.191</b>	<b>2.839</b>	<b>4.586</b>
Constituições	4	—	1.582	1.586
Êxito/reversões	(11)	(13)	(1.390)	(1.414)
Pagamentos	—	(2)	(179)	(181)
Atualização monetária	22	36	166	224
<b>Saldo em 30 de junho de 2025</b>	<b>571</b>	<b>1.212</b>	<b>3.018</b>	<b>4.801</b>
Quantidade de processos	2	2	36	40

### 17.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	<b>Junho de 2025</b>	<b>Dezembro de 2024</b>
Fiscais (a)	92.413	90.602
Cíveis	11.641	11.072
Trabalhistas	1.742	1.671
	<b>105.796</b>	<b>103.345</b>

#### (a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado dessas ações referem-se principalmente à: (i) questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas

receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R\$ 74.023 (R\$ 50.511 de possível impacto no lucro líquido).

## **18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

### **(a) CAPITAL SOCIAL**

Em 30 de junho de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 57.500, dividido em 60.160.116 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

### **(b) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL**

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se aos valores reconhecidos, de ganhos e perdas atuariais, relacionados ao CPC 33 - Benefícios a empregados.

### **(c) RESERVAS DE LUCROS**

#### **(i) RESERVA LEGAL**

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

#### **(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS**

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 30 de junho de 2025, seu saldo era de R\$ 351 (R\$ 351 em 31 de dezembro de 2024).

### **(d) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de juros sobre capital próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

**(e) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES**

A Porto Seguro S.A. possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia, como parte de sua remuneração.

O Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, refletindo o pagamento de parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de vesting de 3 anos. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do exercício social imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano 2018.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas eventuais investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração da Porto, incluindo o Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável aos empregados da Porto e de suas controladas, diretas ou indiretas, dentre as quais se inclui a Companhia.

O programa Porto em Ação é aplicável por 4 (quatro) ciclos, tendo se iniciado em 2022 e com término previsto para 2025, sendo que a totalidade das ações transferidas aos beneficiários está sujeita a um período de restrição de 6 (seis) meses.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto Seguro S.A. mantidas em tesouraria. Conforme alteração do Plano, aprovada pela assembleia geral realizada em 28 de março de 2024, o cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto Seguro S.A., ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

## 19. PRÊMIOS EMITIDOS E GANHOS, SINISTRALIDADE E COMISSONAMENTO

	Junho de 2025			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Compreensivo residencial	2.782	20.718	64,7 %	30,7 %
	<b>2.782</b>	<b>20.718</b>	<b>64,7 %</b>	<b>30,7 %</b>
	Junho de 2024			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Compreensivo residencial	62.993	76.849	36,1 %	30,6 %
	<b>62.993</b>	<b>76.849</b>	<b>36,1 %</b>	<b>30,6 %</b>

## 20. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Junho de 2025		Junho de 2024	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	17.936	17.971	13.856	13.854
	<b>17.936</b>	<b>17.971</b>	<b>13.856</b>	<b>13.854</b>

## 21. SINISTROS OCORRIDOS

	Junho de 2025	Junho de 2024
Salvados e ressarcimentos	2.379	3.393
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	460	551
Assistências	(2.054)	(13.673)
Sinistros avisados - administrativo	(3.608)	(10.091)
Sinistros avisados - judicial	(7.048)	(4.478)
Outras despesas com sinistros	(3.530)	(3.410)
	<b>(13.401)</b>	<b>(27.708)</b>

## 22. CUSTO DE AQUISIÇÃO

	Junho de 2025	Junho de 2024
Comissões sobre prêmios retidos	(747)	(19.108)
Variação das despesas de comercialização diferidas	(5.342)	(3.818)
Outras recuperações de despesas de comercialização	(267)	(584)
	<b>(6.356)</b>	<b>(23.510)</b>

Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 11) e as despesas de comercialização não diferidas.

**23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	<b>Junho de 2025</b>	<b>Junho de 2024</b>
Contingências	(457)	434
Cobrança	(188)	(822)
Benefícios e cortesias para clientes	(51)	(726)
Provisão para risco de crédito	(7)	—
Outras	(142)	(1.476)
	<b>(845)</b>	<b>(2.590)</b>

**24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	<b>Junho de 2025</b>	<b>Junho de 2024</b>
Serviços de terceiros	(1.613)	(2.078)
Pessoal e benefícios pós-emprego	(1.160)	(12.978)
Localização e funcionamento	(830)	(1.293)
Despesa com publicações	(156)	(773)
Donativos e contribuições	(80)	—
Publicidade e propaganda	—	(876)
Despesas recuperadas	1.211	—
Outras	(147)	—
<b>Total</b>	<b>(2.775)</b>	<b>(17.998)</b>

Contempla rateio de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do Grupo Porto, principalmente o agrupamento de despesas administrativas diversas. O detalhamento, em sua grande maioria, está demonstrado na nota 26.

**25. RESULTADO FINANCEIRO**

	<b>Junho de 2025</b>	<b>Junho de 2024</b>
Valorização e juros de instrumentos financeiro ao valor justo por meio do resultado	10.563	9.697
Variações monetárias das contingências cíveis e trabalhistas	1.345	—
Variações monetárias dos depósitos judiciais	831	311
Adicional de fracionamento de prêmios	384	8.923
Outras	58	430
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>13.181</b>	<b>19.361</b>
Variações monetárias e juros da provisão de sinistros judiciais (*)	(5.934)	6.767
Variações monetárias das contingências cíveis e trabalhistas	(1.547)	(49)
Operações de seguros	(423)	(2.500)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(22)	(15)
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	—	(2.622)
Outras	(72)	(226)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(7.998)</b>	<b>1.355</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>5.183</b>	<b>20.716</b>

(\*) Anualmente a Companhia revisa os fatores de provisão aplicados nos processos ativos. Em 2024 essa revisão reduziu o percentual aplicado, impactando nas despesas financeiras do período.

## 26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- (i) Repasse de despesas e serviços compartilhados, conforme grade de rateio e/ou utilização de estrutura física e "headcount" entre elas;
- (ii) Serviços de seguro saúde contratados da Porto Saúde;
- (iii) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Asset Management e Porto Gestora; e
- (iv) Serviços de assistência automotiva e residencial com a CDF.

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Ativo		Passivo	
	Junho de 2025	Dezembro de 2024	Junho de 2025	Dezembro de 2024
Porto Atendimento	98	88	—	—
Porto Cia	—	—	554	2.079
Azul Seguros	—	1	—	—
	<b>98</b>	<b>89</b>	<b>554</b>	<b>2079</b>

	Receitas		Despesas	
	Junho de 2025	Junho de 2024	Junho de 2025	Junho de 2024
Porto Atendimento	273	612	—	—
Porto Cia	249	—	(2.569)	(13.803)
Azul Seguros	3	4	—	—
Porto Asset Management	—	—	—	(55)
Porto Seguro Gestora de Recursos	—	—	(100)	—
Porto Saúde	—	—	(359)	(307)
Porto Assistência (i)	—	—	—	(3.893)
CDF S.A	—	—	(2.297)	—
CDF Ltda (i)	—	—	—	(7.615)
	<b>525</b>	<b>616</b>	<b>(5.325)</b>	<b>(25.673)</b>

(i) A Porto Assistência e a CDF Ltda. foram incorporadas pela CDF S.A. em fevereiro e agosto de 2024 respectivamente.

## 27. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41– Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do período. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	<b>Junho de 2025</b>	<b>Junho de 2024</b>
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	871	12.696
Média ponderada do número de ações durante o período	60.160	60.160
Resultado por ação básico e diluído	0,0145	0,2110

## **28. OUTRAS INFORMAÇÕES**

### **COMITÊ DE AUDITORIA**

Com base nos trabalhos desenvolvidos, o Comitê de Auditoria recomendou aos respectivos órgãos sociais, por unanimidade, a autorização para emissão e/ou aprovação destas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2025 em conjunto com as informações trimestrais da Porto Seguro S.A.. A atuação do Comitê de Auditoria abrange todas as reguladas SUSEP do Grupo Porto, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o Grupo Porto. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 12 de agosto de 2025 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras intermediárias.

## **29. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Conforme Carta Homologatória Eletrônica nº 79/2025 emitida pela SUSEP em 10 de julho de 2025, foi aprovado a consulta prévia para redução de capital social no montante de R\$ 20.000. Na sequência seguiremos com a publicação da ata da assembleia geral extraordinária para contagem do prazo legal de 60 dias.

\* \* \*